

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO  
MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMC



EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001/2015 - PMC

PROCESSO LICITATÓRIO, MODALIDADE TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2015 - PMC

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA A ELABORAÇÃO DE PROJETO DE EXECUÇÃO DE OBRAS DE REFORMA E RECONSTRUÇÃO DE OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA DE SANEAMENTO Nº 001/2015, EM COLARES, PARÁ, SOB O REGIME DE PREÇOS UNITÁRIOS E GLOBAIS, PARA O ANO DE 2015, DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2015, DE 15/01/2015, DA PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES.

DATA DA ABERTURA: 22/01/2015 - 14h00min

HORA DA ABERTURA: 10h00min (dez horas)

DATA PARA VISTAS TÉCNICAS: 22 DE JANEIRO DE 2015

ASSINADO POR: SECRETARIO DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÃO - PMC

COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Rubrica





ESTADO DE FOMENTO  
DO MUNICIPIO DE SÃO PAULO  
RECEITA MUNICIPAL DE 1917  
ANEXO Nº 1 - FOMENTO  
MUNICIPIO DE SÃO PAULO

1	Salário de 1.º Escrivão	12.000
2	Salário de 2.º Escrivão	8.000
3	Salário de 3.º Escrivão	6.000
4	Salário de 4.º Escrivão	4.000
5	Salário de 5.º Escrivão	3.000
6	Salário de 6.º Escrivão	2.000
7	Salário de 7.º Escrivão	1.500
8	Salário de 8.º Escrivão	1.000
9	Salário de 9.º Escrivão	800
10	Salário de 10.º Escrivão	600
11	Salário de 11.º Escrivão	400
12	Salário de 12.º Escrivão	300
13	Salário de 13.º Escrivão	200
14	Salário de 14.º Escrivão	150
15	Salário de 15.º Escrivão	100
16	Salário de 16.º Escrivão	80
17	Salário de 17.º Escrivão	60
18	Salário de 18.º Escrivão	40
19	Salário de 19.º Escrivão	30
20	Salário de 20.º Escrivão	20
21	Salário de 21.º Escrivão	15
22	Salário de 22.º Escrivão	10
23	Salário de 23.º Escrivão	8
24	Salário de 24.º Escrivão	6
25	Salário de 25.º Escrivão	4
26	Salário de 26.º Escrivão	3
27	Salário de 27.º Escrivão	2
28	Salário de 28.º Escrivão	1
29	Salário de 29.º Escrivão	1
30	Salário de 30.º Escrivão	1
31	Salário de 31.º Escrivão	1
32	Salário de 32.º Escrivão	1
33	Salário de 33.º Escrivão	1
34	Salário de 34.º Escrivão	1
35	Salário de 35.º Escrivão	1
36	Salário de 36.º Escrivão	1
37	Salário de 37.º Escrivão	1
38	Salário de 38.º Escrivão	1
39	Salário de 39.º Escrivão	1
40	Salário de 40.º Escrivão	1
41	Salário de 41.º Escrivão	1
42	Salário de 42.º Escrivão	1
43	Salário de 43.º Escrivão	1
44	Salário de 44.º Escrivão	1
45	Salário de 45.º Escrivão	1
46	Salário de 46.º Escrivão	1
47	Salário de 47.º Escrivão	1
48	Salário de 48.º Escrivão	1
49	Salário de 49.º Escrivão	1
50	Salário de 50.º Escrivão	1
51	Salário de 51.º Escrivão	1
52	Salário de 52.º Escrivão	1
53	Salário de 53.º Escrivão	1
54	Salário de 54.º Escrivão	1
55	Salário de 55.º Escrivão	1
56	Salário de 56.º Escrivão	1
57	Salário de 57.º Escrivão	1
58	Salário de 58.º Escrivão	1
59	Salário de 59.º Escrivão	1
60	Salário de 60.º Escrivão	1
61	Salário de 61.º Escrivão	1
62	Salário de 62.º Escrivão	1
63	Salário de 63.º Escrivão	1
64	Salário de 64.º Escrivão	1
65	Salário de 65.º Escrivão	1
66	Salário de 66.º Escrivão	1
67	Salário de 67.º Escrivão	1
68	Salário de 68.º Escrivão	1
69	Salário de 69.º Escrivão	1
70	Salário de 70.º Escrivão	1
71	Salário de 71.º Escrivão	1
72	Salário de 72.º Escrivão	1
73	Salário de 73.º Escrivão	1
74	Salário de 74.º Escrivão	1
75	Salário de 75.º Escrivão	1
76	Salário de 76.º Escrivão	1
77	Salário de 77.º Escrivão	1
78	Salário de 78.º Escrivão	1
79	Salário de 79.º Escrivão	1
80	Salário de 80.º Escrivão	1
81	Salário de 81.º Escrivão	1
82	Salário de 82.º Escrivão	1
83	Salário de 83.º Escrivão	1
84	Salário de 84.º Escrivão	1
85	Salário de 85.º Escrivão	1
86	Salário de 86.º Escrivão	1
87	Salário de 87.º Escrivão	1
88	Salário de 88.º Escrivão	1
89	Salário de 89.º Escrivão	1
90	Salário de 90.º Escrivão	1
91	Salário de 91.º Escrivão	1
92	Salário de 92.º Escrivão	1
93	Salário de 93.º Escrivão	1
94	Salário de 94.º Escrivão	1
95	Salário de 95.º Escrivão	1
96	Salário de 96.º Escrivão	1
97	Salário de 97.º Escrivão	1
98	Salário de 98.º Escrivão	1
99	Salário de 99.º Escrivão	1
100	Salário de 100.º Escrivão	1







SECRETARIA ADJUNTA DO GOVERNADOR  
ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DE JANEIRO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA



Processo nº 001/2011

Objeto: Contratação de serviços de consultoria e assessoria técnica para a elaboração de projetos de arquitetura e urbanismo para o município de Rio de Janeiro.

Valor estimado: R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais).

Local de execução: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Forma de contratação: Tomada de preços.

Local de entrega: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Observações: O interessado deve apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para a realização do processo de licitação.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Observações: O interessado deve apresentar proposta técnica e financeira, bem como qualificação profissional e jurídica, para a realização do processo de licitação.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.

Local de entrega da proposta: Prefeitura Municipal de Rio de Janeiro.



ESTADO DA PARÁ  
MUNICÍPIO DE BELÉM  
PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
MUNICÍPIO DE BELÉM - PA  
RUA DO PIAUÍ, 100 - JARDIM ALEXANDRE DE Gusmão - BELÉM - PA

1. O presente documento tem por objeto a PROPOSTA de Lei Municipal, de autoria do Sr. [nome], para a criação de uma [descrição da proposta].

2. A proposta de Lei Municipal foi apresentada em sessão pública da Câmara Municipal de Belém, em [data], e foi aprovada por [votos] votos.

3. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Executivo, para que seja sancionada e promulgada.

4. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Judiciário, para que seja julgada.

5. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Legislativo, para que seja aprovada.

6. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Executivo, para que seja sancionada e promulgada.

7. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Judiciário, para que seja julgada.

8. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Legislativo, para que seja aprovada.

9. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Executivo, para que seja sancionada e promulgada.

10. A proposta de Lei Municipal foi encaminhada para o Poder Judiciário, para que seja julgada.

ESTADO DA PARÁ  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
COMISSÃO PERMANENTE DE LEGISLAÇÃO  
RUA DO PIAUÍ, 100 - JARDIM ALEXANDRE DE Gusmão - BELÉM - PA



COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA  
PROPOSTA Nº 001/2011  
DE 15 DE ABRIL DE 2011  
CONSTITUÍDA POR LEI Nº 12.526/2011

1. A Comissão de Defesa da Democracia (CDD) foi criada por Lei nº 12.526/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei nº 9.499/1997, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

2. A CDD é composta por representantes de instituições de ensino superior, do Poder Judiciário, do Ministério da Educação e da sociedade civil.

3. A CDD tem como atribuições:

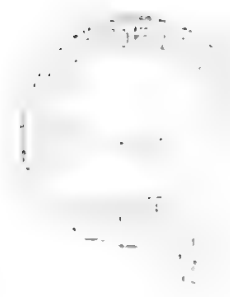
- a) acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei nº 9.499/1997;
- b) emitir pareceres e recomendações sobre o desempenho das instituições de ensino superior;
- c) promover a transparência e a accountability do sistema de avaliação;
- d) prestar assessoria técnica às instituições de ensino superior;
- e) promover a capacitação dos avaliadores;
- f) promover a divulgação dos resultados das avaliações;
- g) promover a cooperação entre as instituições de ensino superior;
- h) promover a cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério da Educação e a sociedade civil;
- i) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Educação (CNE);
- j) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- k) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- l) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);
- m) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Científica e Tecnológica (CONPQCT);
- n) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Econômica (CONPE);
- o) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Social (CONPS);
- p) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Cultural (CONPC);
- q) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa (CONPD);
- r) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Segurança (CONPSeg);
- s) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança (CONPDeg);
- t) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil (CONPDegSec);
- u) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor (CONPDegSecDefCon);
- v) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente (CONPDegSecDefConDefMA);
- w) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia (CONPDegSecDefConDefMADefDD);
- x) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLib);
- y) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJust);
- z) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça e Defesa da Paz (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJustDefPaz);

4. A CDD é responsável por:

- a) acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei nº 9.499/1997;
- b) emitir pareceres e recomendações sobre o desempenho das instituições de ensino superior;
- c) promover a transparência e a accountability do sistema de avaliação;
- d) prestar assessoria técnica às instituições de ensino superior;
- e) promover a capacitação dos avaliadores;
- f) promover a divulgação dos resultados das avaliações;
- g) promover a cooperação entre as instituições de ensino superior;
- h) promover a cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério da Educação e a sociedade civil;
- i) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Educação (CNE);
- j) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- k) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- l) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);
- m) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Científica e Tecnológica (CONPQCT);
- n) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Econômica (CONPE);
- o) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Social (CONPS);
- p) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Cultural (CONPC);
- q) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa (CONPD);
- r) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Segurança (CONPSeg);
- s) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança (CONPDeg);
- t) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil (CONPDegSec);
- u) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor (CONPDegSecDefCon);
- v) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente (CONPDegSecDefConDefMA);
- w) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia (CONPDegSecDefConDefMADefDD);
- x) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLib);
- y) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJust);
- z) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça e Defesa da Paz (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJustDefPaz);

5. A CDD é responsável por:

- a) acompanhar e avaliar o cumprimento das obrigações decorrentes da Lei nº 9.499/1997;
- b) emitir pareceres e recomendações sobre o desempenho das instituições de ensino superior;
- c) promover a transparência e a accountability do sistema de avaliação;
- d) prestar assessoria técnica às instituições de ensino superior;
- e) promover a capacitação dos avaliadores;
- f) promover a divulgação dos resultados das avaliações;
- g) promover a cooperação entre as instituições de ensino superior;
- h) promover a cooperação com o Poder Judiciário, o Ministério da Educação e a sociedade civil;
- i) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Educação (CNE);
- j) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq);
- k) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Saúde (CNS);
- l) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA);
- m) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Científica e Tecnológica (CONPQCT);
- n) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Econômica (CONPE);
- o) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Social (CONPS);
- p) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política Cultural (CONPC);
- q) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa (CONPD);
- r) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Segurança (CONPSeg);
- s) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança (CONPDeg);
- t) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil (CONPDegSec);
- u) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor (CONPDegSecDefCon);
- v) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente (CONPDegSecDefConDefMA);
- w) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia (CONPDegSecDefConDefMADefDD);
- x) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLib);
- y) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJust);
- z) promover a cooperação com o Conselho Nacional de Política de Defesa e Segurança e Defesa Civil e Defesa do Consumidor e Defesa do Meio Ambiente e Defesa da Democracia e Defesa da Liberdade e Defesa da Justiça e Defesa da Paz (CONPDegSecDefConDefMADefDDDefLibDefJustDefPaz);



Handwritten text, likely a letter or document, written in a cursive script. The text is arranged in several paragraphs, with some lines indented. The handwriting is somewhat faded and difficult to read in many places. There are some markings that appear to be initials or numbers, such as "12" and "13" in the right margin. The document is on aged, slightly discolored paper.



111  
The first of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

It is not self-sufficient  
because it is not self-sufficient.

The second of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient. It is not  
self-sufficient because it is  
not self-sufficient.

The third of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The fourth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The fifth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The sixth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The seventh of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The eighth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The ninth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The tenth of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient.

The eleventh of these is the  
fact that the system is not  
self-sufficient. It is not  
self-sufficient because it is  
not self-sufficient.



THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
DEPARTMENT OF CHEMISTRY  
5301 S. DICKINSON DRIVE  
CHICAGO, ILL. 60637

[11]

Dear Mr. [Name]:

I have received your letter of [Date] regarding [Subject].

I am sorry that I cannot [Action].

Very truly yours,

[Signature]

[Address]

[Phone Number]

[Fax Number]

[E-mail Address]

[Web Address]

[Social Media]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

[Text]

1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

2. The second part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

3. The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

4. The fourth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

5. The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

6. The sixth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

7. The seventh part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

$$f(x) = \int_0^x f(t) dt$$

where  $f(x)$  is a continuous function.

8. The eighth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation

The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 1. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

The second part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 2. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 3. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

The fourth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 4. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 5. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

The sixth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

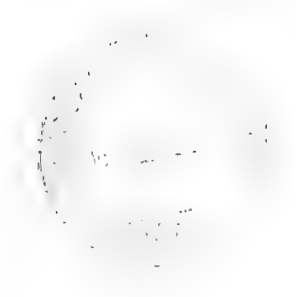
Theorem 6. The function  $f(x)$  is continuous and strictly increasing on the interval  $(-\infty, \infty)$ .

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
1107 S. EAST ASIAN BLVD.  
CHICAGO, ILL. 60607  
U.S.A.

11

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
540 EAST 57TH STREET  
CHICAGO, ILL. 60637  
TEL. 773-936-5000  
FAX 773-936-5001  
WWW.CHICAGO.EDU

THE  
UNITED STATES DEPARTMENT OF THE INTERIOR  
BUREAU OF LAND MANAGEMENT  
WASHINGTON, D. C.  
MAY 19 1906  
TO THE SECRETARY OF THE INTERIOR  
FROM THE DIRECTOR OF THE BUREAU OF LAND MANAGEMENT  
SUBJECT: REPORT OF THE DIRECTOR OF THE BUREAU OF LAND MANAGEMENT  
ON THE PROGRESS OF THE WORK OF THE BUREAU DURING THE YEAR 1905



THE  
AMERICAN  
PHOTOGRAPHIC  
COPYING COMPANY  
NEW YORK, N. Y.

— 100 —

THE AMERICAN PHOTOGRAPHIC COPYING COMPANY

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
1207 EAST 58TH STREET  
CHICAGO, ILL. 60637  
U.S.A.



11

11

[illegible]

THE UNIVERSITY OF CHICAGO  
LIBRARY  
1207 EAST 58TH STREET  
CHICAGO, ILL. 60637  
TEL. 773-936-5000  
FAX 773-936-5001

---

1998-1999

1. The first part of the paper is devoted to a discussion of the general principles of the theory of the structure of the atom. It is shown that the structure of the atom is determined by the laws of quantum mechanics, which are based on the principle of the uncertainty of the position and momentum of the particles.

2. The second part of the paper is devoted to a discussion of the experimental methods for the determination of the structure of the atom. It is shown that the most reliable method is the method of X-ray diffraction, which is based on the interference of the waves scattered by the atoms.

3. The third part of the paper is devoted to a discussion of the theoretical methods for the determination of the structure of the atom. It is shown that the most reliable method is the method of the variational principle, which is based on the minimization of the energy of the system.

4. The fourth part of the paper is devoted to a discussion of the results of the calculations of the structure of the atom. It is shown that the results of the calculations are in good agreement with the experimental data, which confirms the validity of the theory of the structure of the atom.

5. The fifth part of the paper is devoted to a discussion of the applications of the theory of the structure of the atom. It is shown that the theory has many important applications in the fields of physics, chemistry, and biology.

6. The sixth part of the paper is devoted to a discussion of the future prospects of the theory of the structure of the atom. It is shown that the theory is still in the early stages of development and there are many problems that need to be solved.

7. The seventh part of the paper is devoted to a discussion of the conclusions of the paper. It is shown that the theory of the structure of the atom is a very important and interesting field of research.

8. The eighth part of the paper is devoted to a discussion of the bibliography. It is shown that there are many papers on the subject of the structure of the atom, and the author has consulted many of them.

9. The ninth part of the paper is devoted to a discussion of the acknowledgments. It is shown that the author is grateful to many people for their help and support.

10. The tenth part of the paper is devoted to a discussion of the references. It is shown that the author has used many references in the paper.

11. The eleventh part of the paper is devoted to a discussion of the appendix. It is shown that the appendix contains many useful data and formulas.

12. The twelfth part of the paper is devoted to a discussion of the index. It is shown that the index contains many useful information.

The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 1. Let  $f(x)$  be the function defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and let  $x$  be a real number. Then

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The second part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 2. Let  $f(x)$  be the function defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and let  $x$  be a real number. Then

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

Theorem 3. Let  $f(x)$  be the function defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and let  $x$  be a real number. Then

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The fourth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The sixth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The seventh part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

The eighth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation
 
$$f(x) = \int_0^x \frac{1}{1+t^2} dt$$
 and to the proof of the following theorem:

$$f(x) = \frac{1}{2} \ln \frac{1+x}{1-x} \quad \text{for } |x| < 1$$

1000

17. i

10

2

• 90 •

• • • • •

$\frac{1}{\sqrt{2}} \begin{pmatrix} 1 & i \\ 0 & 1 \end{pmatrix}$

9 10 11 12 13 14 15 16 17 18 19 20 21 22 23 24 25 26 27 28 29 30 31 32 33 34 35 36 37 38 39 40 41 42 43 44 45 46 47 48 49 50 51 52 53 54 55 56 57 58 59 60 61 62 63 64 65 66 67 68 69 70 71 72 73 74 75 76 77 78 79 80 81 82 83 84 85 86 87 88 89 90 91 92 93 94 95 96 97 98 99 100 101 102 103 104 105 106 107 108 109 110 111 112 113 114 115 116 117 118 119 120 121 122 123 124 125 126 127 128 129 130 131 132 133 134 135 136 137 138 139 140 141 142 143 144 145 146 147 148 149 150 151 152 153 154 155 156 157 158 159 160 161 162 163 164 165 166 167 168 169 170 171 172 173 174 175 176 177 178 179 180 181 182 183 184 185 186 187 188 189 190 191 192 193 194 195 196 197 198 199 200 201 202 203 204 205 206 207 208 209 210 211 212 213 214 215 216 217 218 219 220 221 222 223 224 225 226 227 228 229 230 231 232 233 234 235 236 237 238 239 240 241 242 243 244 245 246 247 248 249 250 251 252 253 254 255 256 257 258 259 260 261 262 263 264 265 266 267 268 269 270 271 272 273 274 275 276 277 278 279 280 281 282 283 284 285 286 287 288 289 290 291 292 293 294 295 296 297 298 299 300 301 302 303 304 305 306 307 308 309 310 311 312 313 314 315 316 317 318 319 320 321 322 323 324 325 326 327 328 329 330 331 332 333 334 335 336 337 338 339 340 341 342 343 344 345 346 347 348 349 350 351 352 353 354 355 356 357 358 359 360 361 362 363 364 365 366 367 368 369 370 371 372 373 374 375 376 377 378 379 380 381 382 383 384 385 386 387 388 389 390 391 392 393 394 395 396 397 398 399 400 401 402 403 404 405 406 407 408 409 410 411 412 413 414 415 416 417 418 419 420 421 422 423 424 425 426 427 428 429 430 431 432 433 434 435 436 437 438 439 440 441 442 443 444 445 446 447 448 449 450 451 452 453 454 455 456 457 458 459 460 461 462 463 464 465 466 467 468 469 470 471 472 473 474 475 476 477 478 479 480 481 482 483 484 485 486 487 488 489 490 491 492 493 494 495 496 497 498 499 500 501 502 503 504 505 506 507 508 509 510 511 512 513 514 515 516 517 518 519 520 521 522 523 524 525 526 527 528 529 530 531 532 533 534 535 536 537 538 539 540 541 542 543 544 545 546 547 548 549 550 551 552 553 554 555 556 557 558 559 560 561 562 563 564 565 566 567 568 569 570 571 572 573 574 575 576 577 578 579 580 581 582 583 584 585 586 587 588 589 590 591 592 593 594 595 596 597 598 599 600 601 602 603 604 605 606 607 608 609 610 611 612 613 614 615 616 617 618 619 620 621 622 623 624 625 626 627 628 629 630 631 632 633 634 635 636 637 638 639 640 641 642 643 644 645 646 647 648 649 650 651 652 653 654 655 656 657 658 659 660 661 662 663 664 665 666 667 668 669 670 671 672 673 674 675 676 677 678 679 680 681 682 683 684 685 686 687 688 689 690 691 692 693 694 695 696 697 698 699 700 701 702 703 704 705 706 707 708 709 710 711 712 713 714 715 716 717 718 719 720 721 722 723 724 725 726 727 728 729 730 731 732 733 734 735 736 737 738 739 740 741 742 743 744 745 746 747 748 749 750 751 752 753 754 755 756 757 758 759 760 761 762 763 764 765 766 767 768 769 770 771 772 773 774 775 776 777 778 779 780 781 782 783 784 785 786 787 788 789 790 791 792 793 794 795 796 797 798 799 800 801 802 803 804 805 806 807 808 809 810 811 812 813 814 815 816 817 818 819 820 821 822 823 824 825 826 827 828 829 830 831 832 833 834 835 836 837 838 839 840 841 842 843 844 845 846 847 848 849 850 851 852 853 854 855 856 857 858 859 860 861 862 863 864 865 866 867 868 869 870 871 872 873 874 875 876 877 878 879 880 881 882 883 884 885 886 887 888 889 890 891 892 893 894 895 896 897 898 899 900 901 902 903 904 905 906 907 908 909 910 911 912 913 914 915 916 917 918 919 920 921 922 923 924 925 926 927 928 929 930 931 932 933 934 935 936 937 938 939 940 941 942 943 944 945 946 947 948 949 950 951 952 953 954 955 956 957 958 959 960 961 962 963 964 965 966 967 968 969 970 971 972 973 974 975 976 977 978 979 980 981 982 983 984 985 986 987 988 989 990 991 992 993 994 995 996 997 998 999 1000 1001 1002 1003 1004 1005 1006 1007 1008 1009 1010 1011 1012 1013 1014 1015 1016 1017 1018 1019 1020 1021 1022 1023 1024 1025 1026 1027 1028 1029 1030 1031 1032 1033 1034 1035 1036 1037 1038 1039 1040 1041 1042 1043 10

1

...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...

...  
...

...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...  
...  
...  
...

...  
...  
...  
...  
...

1. The first part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $f(x)$  defined by the equation  $f(x) = \int_0^x f(t) dt$ . It is shown that  $f(x)$  is a constant function.

2. In the second part, we consider the function  $g(x)$  defined by the equation  $g(x) = \int_0^x g(t) dt$ . It is shown that  $g(x)$  is a constant function.

3. The third part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $h(x)$  defined by the equation  $h(x) = \int_0^x h(t) dt$ . It is shown that  $h(x)$  is a constant function.

4. In the fourth part, we consider the function  $k(x)$  defined by the equation  $k(x) = \int_0^x k(t) dt$ . It is shown that  $k(x)$  is a constant function.

5. The fifth part of the paper is devoted to the study of the properties of the function  $l(x)$  defined by the equation  $l(x) = \int_0^x l(t) dt$ . It is shown that  $l(x)$  is a constant function.

6. In the sixth part, we consider the function  $m(x)$  defined by the equation  $m(x) = \int_0^x m(t) dt$ . It is shown that  $m(x)$  is a constant function.



1. The first part of the document discusses the importance of maintaining accurate records of all transactions and activities. It emphasizes the need for transparency and accountability in all financial dealings.

2. The second part of the document outlines the various methods and techniques used to collect and analyze data. It includes a detailed description of the sampling process and the statistical tools employed to interpret the results.

3. The third part of the document presents the findings of the study. It shows that there is a significant correlation between the variables being studied, which supports the hypothesis that was tested.

4. The fourth part of the document discusses the implications of the findings for future research and practice. It suggests that the results of this study could be used to inform policy decisions and to guide the development of new programs and initiatives.

5. The fifth part of the document provides a conclusion and a summary of the key points. It reiterates the importance of the study and the need for further research in this area.



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES

Colares, 27 de Junho de 2018.

A  
ASSESSORIA JURÍDICA  
NESTA

Senhor Assessor,

Solicitamos a essa Assessoria proceder a devida análise da minuta do edital do processo licitatório Tomada de Preços nº 01/2018-PivC e de seus anexos, bem como dos atos que antecederam e emita-se o correspondente parecer jurídico.

CLAUBER BAIXOS FERNANDES  
Presidente



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
PODER EXECUTIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA



PROCESSO nº 034/2018-SEMUL/PMC

PARECER JURÍDICO

ASSUNTO: TOMADA DE PREÇOS  
CONSTRUÇÃO DO PALCO E QUIOSQUES  
DA ORLA DO MUNICÍPIO DE COLARES.

**I – RELATÓRIO**

Trata-se o presente processo acerca de contratação de empresa de engenharia para realizar obra da construção do palco e quiosques da orla do município de colares, na modalidade Tomada de Preços, conforme descrição constante no Edital e seus anexos. Fora acostado, também, Termo de Referência com discriminação do objeto a ser licitado.

Após elaboração de minuta de Edital pela Comissão Permanente de Licitação, foram os autos encaminhados a esta Assessoria Jurídica para parecer acerca da regularidade de sua elaboração.

Fis o relatório. Passa-se à análise legal.

**II – ANÁLISE JURÍDICA**

Nos termos da Consulta, o fulcro da mesma reside na possibilidade de utilização da modalidade Tomada de Preços para a contratação do objeto ora mencionado. A proposta tem fundamento jurídico nos diplomas legais, a saber: Tomada de Preços é a licitação para contratos de valor inferior ao estabelecido para

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
PODER EXECUTIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA



a concorrência, realizada entre interessados previamente cadastrados, observada a necessária qualificação (art. 22 § 2º).

A qualificação é a que constar do cadastro, por categoria, tendo em vista a especialização, e por grupos, de acordo com a capacidade técnica e financeira dos inscrito (art. 34 a 37) (MEIRELLES, Hely Lopes. Licitação e Contrato Administrativo. 14 ed. São Paulo: Malheiros, 2006, p. 97).

Portanto, a modalidade Tomada de Preços poderá ser utilizada para contratação do objeto ora mencionado. O § 2º do art. 22, da Lei Federal nº. 8.666 de 21 de junho de 1993, assim preleciona:

Tomada de preços é a modalidade de licitação entre interessados devidamente cadastrados ou que atenderem a todas as condições exigidas para o cadastramento até o terceiro dia anterior à data do recebimento das propostas, observada a necessária qualificação.

Por sua vez, o art. 23, inciso I, alínea "b", assim preleciona:

Art. 23 (...) I - para obras e serviços de engenharia: (Redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998) b) tomada de preços até R. 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais); (Redação dada pela Lei nº. 9.648, de 1998). O art. 38, § único da Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, assim preleciona: Art. 38 (...) § único: As minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração. (Redação dada pela Lei nº. 8.883, de 1994).



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
PODER EXECUTIVO  
ASSESSORIA JURÍDICA



Portanto, mister ressaltar que o valor do objeto está de acordo com a previsão legal, bem como a modalidade de licitação amolda-se as definições do objeto.

### III – CONCLUSÕES

Desse modo obedecidas as demais regras contidas na Lei Federal nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, entende-se que a Administração Pública Consulente poderá adotar a modalidade de Licitação Tomada de Preços, encontrando-se o edital em consonância com os dispositivos da Lei Federal, supra citada, razão pela qual se encontra aprovado por esse departamento jurídico, e, em condições de ser aprovado por Vossa Excelência, se assim entender.

Sugiro a Vossa Excelência a remessa desse parecer a Comissão de Licitação para continuidade do processo licitatório, caso seja vosso entendimento.

É o meu parecer, salvo melhor juízo.

Colares/PA, 28 de junho de 2018

**ROMULO RODRIGUES BARBOSA**  
Procurador Geral do Município  
OAB/PA nº 21.531



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
MINUTA  
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2018 – PMC

**MINUTA DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES – PMC, através da SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA, por meio da Comissão Permanente de Licitação nomeada pelo Decreto nº 17 de 10 de Janeiro de 2014, torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação Pública na modalidade TOMADA DE PREÇOS, do tipo MELHOR VALOR GLOBAL, sob o nº 01/2018, PRESENTA POR VALOR LO. 1, de acordo com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações, cujas envelopes contendo a proposta de habilitação e proposta comercial, serão recebidos, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações – CPM, localizada no prédio-sede da PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES – PMC, Travessa 16 de Novembro, S/N, bairro Centro, CEP: 68.733-000, no dia 20 de Julho de 2018, às 14h00, regulada pelas cláusulas e condições seguintes:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO.** O objeto da licitação é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DO PATIO E OUTROSQUES DA CILTA DE COLARES, NOS TERMOS DO CONTRATO Nº 001/2018 SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO URBANO E OBRAS PÚBLICAS – SEDOP E A PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES, conforme Termo de Referência e anexos integrantes deste Edital, impressos e gravados em CD-R, os anexos integrantes deste Edital, em regularidade.

- I – Planilhas,
  - i. Orçamentária
  - ii. Cronograma físico-financeiro
  - iii. Composição de Encargos Sociais
  - iv. Composição analítica da Taxa de BDI
- II – Projetos
- III – Memorial descritivo.
- IV – Especificações técnicas.
- V – Minuta do Contrato.

PARÁGRAFOS DO CONTRATO. O Edital e seus anexos poderão ser retirados na sala de licitação (certa) que será gravado em CD, durante o horário de 2ª e 6ª feira, das 12h00 às 18h00, na Sala de Reuniões da Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações – CPM, localizada no prédio-sede da Prefeitura Municipal de Colares/Para, Travessa 16 de Novembro, S/N, bairro Centro, CEP: 68.733-000, no dia 20 de Julho de 2018, às 14h00, regulada pelas cláusulas e condições seguintes, independentemente de publicação do aviso respectivo.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:** de acordo com as condições normativas e as constantes deste Edital, poderá participar desta licitação, qualquer empresa legalmente constituída no país, que atenda as exigências do Edital, e que tenha arquivado os documentos de licitação.

§ 1º Não poderá participar da presente Certame:

a) Pessoa física ou jurídica, sob nenhuma forma;

b) Empresa declarada inidônea de acordo com o previsto no inciso IV, do artigo 87, da Lei nº 8.666/93, ambos do Brasil, e que não tenha sua idoneidade restabelecida até a data de apresentação da proposta.

(M) Fls. —

15. 1990

11 5

88 3331 7/70 4 ATT

$$[F_L^{-1} \otimes \mathbb{I}_d]$$

411

1. 2. 3.

Figure 1. *Staphylococcus aureus* strains.

FIS. 01

**ESTADO DO PARÁ**  
**MUNICÍPIO DE COLARES**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E INSTALAÇÕES**  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
**TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2018 - PMPC**

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO PRAZO E CONDIÇÕES** – A LANCISTA vencedora, após a adjudicação, terá o prazo de 03 (três) dias úteis, a contar da regularização da proposta, para comparecer à sede da mesma, assinar o contrato administrativo de execução dos serviços, sob pena de perder o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 31, da Lei nº 8.666/93.

**CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR ESTIMADO PARA O OBJETO E DA ORÇAMENTAÇÃO** – O valor orçado para a execução contratual corresponde a R\$ 70.720,57 (quinhentos e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e cinco reais e cinquenta e sete centavos).

- Convênio nº 91/2018 por meio do qual a SECRETARIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO E OBRAS PÚBLICAS-SEDEOP, pelo valor de R\$ 509.000,00 (quinhentos e nove mil reais), repassa a Prefeitura Municipal de Colares, para execução de obras e instalações, provenientes das rubricas orçamentárias vigentes com a Funcional Programática: 15.431.0004 e 15.431.0005, Urbanização e Habitação, para execução de obras e instalações.

§ 1º Este valor estão incluídos todos os custos básicos diretos, todas as despesas indiretas, como os encargos sociais e trabalhistas, bem como o custo do transporte de materiais.

§ 2º São desclassificadas propostas com valor global superior ao limite do valor contido no "capet" desta Edital, e consideradas inexequíveis nos termos do art. 47, II, da Lei Federal nº 8.666/93.

§ 3º Serão igualmente desclassificadas as propostas que contenham qualquer preço unitário inferior ao constante na planilha de quantitativos e preços unitários, bem como o pagamento de multa por atraso no caso de interpretação no caso de descumprimento do preçatório disposto.

**CLÁUSULA QUINTA – DA VISTA TÉCNICA E ORÇAMENTÁRIA** – A LANCISTA vencedora, como condição de Habilitação Preliminar, apresentará, para análise, o orçamento e o projeto de obra, elaborado pelo engenheiro responsável pela execução de obras e instalações.

§ 1º O(s) LICITANTE(S), por intermédio de representante legal, deverá apresentar, para análise, o orçamento e o projeto de obra, elaborado pelo engenheiro responsável pela execução de obras e instalações.

§ 2º O representante legal da empresa, devidamente identificado, deverá comparecer à sede da Prefeitura Municipal de Colares, para apresentar o orçamento e o projeto de obra, elaborado pelo engenheiro responsável pela execução de obras e instalações, para análise.

§ 3º O representante legal da empresa, devidamente identificado, deverá apresentar, para análise, o orçamento e o projeto de obra, elaborado pelo engenheiro responsável pela execução de obras e instalações, para análise.

§ 4º O profissional representante da empresa que realizar a visita ao local das obras, deverá apresentar, para análise, o orçamento e o projeto de obra, elaborado pelo engenheiro responsável pela execução de obras e instalações, para análise.

§ 5º A comprovação do vínculo empregatício do(s) profissional(is) a que se refere o artigo 1º, inciso I, desta Edital, poderá ser feita através da cópia da CTPS (Carteira de trabalho e previdência social), onde consta a qualificação e o cargo do profissional, ou da Ficha de Registro de Empregado (FRE) ou contrato de prestação de serviços, assinado pelo responsável legal da empresa.

§ 6º Quando se tratar de dirigente(s) de empresa, tal comprovação poderá ser feita através da cópia da ata da assembleia geral, da sua investidura no cargo ou do contrato social em vigor.

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2018 – PMC



**CLÁUSULA SEXTA – DA HABILITAÇÃO:** Os LICITANTES deverão entregar, na data e na forma prevista nesse Edital, sua documentação de habilitação preliminar, em envelope opaco, indevassável, rubricado, e contendo em sua parte externa os seguintes dizeres:

**ENVELOPE Nº. 01 – DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO PRELIMINAR  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº. 001/2018-PMC  
RAZÃO SOCIAL COMPLETA DO LICITANTE / CNPJ/END. JURÍDICO**

§ 1º Os LICITANTES deverão apresentar os documentos relacionados abaixo, em cópia simples acompanhada de cópia autenticada em cartório, por publicação no órgão da Imprensa Oficial ou ainda através de sistema informatizado passivo(s) de consulta quanto à veracidade, ou quando por lei exigida.

§ 2º Não serão autenticados pela CPL/PMC os documentos em cópias simples acompanhados de cópias autenticadas para conferência, apenas aqueles acompanhados dos respectivos originais.

§ 3º Recomenda-se que a documentação contida no ENVELOPE, deva estar numerada sequencialmente, da primeira à última folha, de modo a refletir o seu número exato.

§ 4º A eventual falta de numeração e/ou duplicidade de numeração ou ainda a falta da rubrica nas folhas, será suprida pelo representante credenciado, na sessão de abertura do respectivo ENVELOPE nº. 01, nos termos do presente Edital, vedada a inabilitação por este motivo.

§ 5º A documentação de Habilitação Preliminar deverá ser apresentada em 01 (uma) via - em cópia autenticada (tanto aqueles documentos eletrônicos, passíveis de verificação on-line de sua autenticidade).

§ 6º O ENVELOPE nº. 01 deverá conter todos os documentos relacionados a seguir:

**a) Documentos para Habilitação Jurídica:**

a.1) Se houver, certidão de cadastramento no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, instituído pela Secretaria de Administração Federal compatível com o objeto da licitação.

a.1.1) o certificado de registro cadastral (SICAF) substitui os documentos enumerados nos subitens a.2, a.3, a.4, a.5 e a.6.

a.2) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

a.3) No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

a.4) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva compatível, cujo objeto social deverá ser compatível com o objeto da licitação;

a.5) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local da sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

a.6) No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos

ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
EDITAL DE LICITAÇÃO  
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2015 - PM/C



termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do DNRC;

a.6.1) A comprovação de que trata a alínea "a.5" supra, poderá também ser feita mediante a prova de inscrição no Registro Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições - SIMPLES NACIONAL;

a.7) decreto de autorização, em se tratando de empresa estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

a.8) cédula de identidade dos responsáveis legais indicados no ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa;

a.9) provação por instrumento público ou particular, em original ou cópia autenticada, comprovando a delegação de poderes para assinatura e rubrica dos documentos integrantes da habilitação preliminar e propostas, quando estas não forem assinadas por seus responsáveis legais indicados no ato constitutivo, estatuto ou contrato social da empresa;

a.10) juntamente com a documentação referente à habilitação final, os LICITANTES deverão apresentar declaração no papel timbrado e assinada pelo representante legal da empresa, com firma reconhecida, contendo o seguinte:

a.10.1) que aceita todas as condições constantes deste Edital e seus anexos, que não se encontra inscrito no CNPJ;

a.10.2) que não foi declarada inidônea perante os Poderes Públicos Federal, Estadual e Municipal;

a.10.3) a superveniência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do art. 32, § 2º da Lei nº 8.666/93, sendo o caso;

a.10.4) que não possui entre os dirigentes, gerentes e sócios, pessoa com mandato eletivo, ou que seja servidor da administração pública federal, estadual ou municipal;

a.10.5) que possui estrutura e condições para executar os serviços ora licitados, em conformidade com as prescrições exigências do Edital e seus anexos e que se compromete a cumprir com as especificações técnicas constantes dos anexos do Edital e demais normas técnicas do ABNT, as quais abrangem todos os equipamentos, pessoal e materiais necessários, e que adotará todas as medidas para assegurar um controle da qualidade adequado e prevenir o mitigar o impacto sobre o meio ambiente, sobre os usuários e os moradores vizinhos;

a.10.6) que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não é menor de dezoito anos para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.009/93, de 21 de junho de 1993, alterada pela Lei nº 9.054, de 27 de outubro de 1996;

a.10.7) que se compromete a dispor, para emprego imediato, dos equipamentos necessários e necessários no projeto, os mesmos encontram-se em condições adequadas de utilização;

a.10.8) que a qualquer momento e por necessidade na execução dos serviços fará a alocação de qualquer equipamento compatível com a natureza dos serviços a serem executados por solicitação de PM/C, sem ônus da mobilização para esse, ainda que, não previsto, em prazo compatível com a necessidade que motivou a solicitação;

a.10.9) que executará os serviços de acordo com cronograma físico-financeiro apresentado;

a.10.10) que se compromete a estar instalado e pronto para a execução das obras no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a partir da data de recebimento da Ordem de Serviço, sob pena de configuração da hipótese disposta no inciso I do art. 73 da Lei 8666/93;

a.10.11) que reconhece o direito da Administração Pública pausar ou suspender a execução dos serviços na forma da Lei nº 8.666/93;

a.11) Documentos relativos à Regularidade Fiscal e Trabalhista;

a.12) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), respeitado o parágrafo 7º desta cláusula.



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2018 - PMC

b.2) Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, por meio da Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, da sede ou domicílio do LICITANTE;

b.3) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, por meio da Certidão de Regularidade Fiscal Tributária;

b.3.1) Caso a empresa seja isenta de inscrição estadual e de prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, deverá aquela apresentar obrigatoriamente declaração do órgão estadual ou instrumento que comprove a situação de isenta dessas obrigações, não sendo aceita simples declaração firmada pelo representante da empresa.

b.4) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, por meio de Certidão Negativa de Débito.

b.5) Certificado de Regularidade do FGTS, perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, dentro do prazo de validade;

b.6) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

**c) Documentos relativos à Qualificação Econômico-Financeira (incluindo Micro e Empresas de Pequeno Porte)**

c.1) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, devidamente registrados na Junta Comercial competente, que comprovem a boa situação financeira da empresa, sob pena de sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando houver menos de 03 (três) meses da apresentação da proposta;

c.1.1) Serão considerados aceitos como na forma da lei o balanço patrimonial e demonstrações contábeis, desde que apresentados:

c.1.1.1) sociedades regidas pela Lei nº 6.404/76 (sociedade anônima - S/A): Balanço publicado no Diário Oficial ou publicado em jornal de grande circulação ou por fotocópia registrada ou autenticada na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.1.1.2) sociedades por cota de responsabilidade limitada (LTDA): por fotocópia do livro de registro, incluído com os livros de Abertura e do Encerramento, devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente ou por fotocópia do Balanço e das Demonstrações Contábeis devidamente registrados ou autenticados na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante;

c.1.1.3) sociedade criada no exercício em curso: fotocópia do Balanço de Abertura e Balanço Intermediário, devidamente registrado ou autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante, ficando isenta da comprovação do item c.2.

c.1.1.4) A comprovação da boa situação financeira da licitante também deverá ser demonstrada pela obtenção de índices de Liquidez Geral (L.G), Solvência Geral (S.G) e Liquidez Corrente (L.C) maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, em papel timbrado da licitante, por qualquer processo de impressão, devidamente assinado pelo Contador, sendo que as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao edital.

c.2) A comprovação da boa situação financeira da licitante também deverá ser demonstrada pela obtenção de índices de Liquidez Geral (L.G), Solvência Geral (S.G) e Liquidez Corrente (L.C) maiores ou iguais a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, em papel timbrado da licitante, por qualquer processo de impressão, devidamente assinado pelo Contador, sendo que as fórmulas deverão estar devidamente aplicadas em memorial de cálculos juntado ao edital.



ESTADO DO PARÁ  
MUNICÍPIO DE COLARES  
PREFEITURA MUNICIPAL DE COLARES  
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES  
**EDITAL DE LICITAÇÃO**  
TOMADA DE PREÇOS Nº TP 01/2018 – PMC

Apuração dos índices:

**C.2.1.) Liquidez Geral (LG):**

$$LG = \frac{AC + ARLP}{PC + PELP} = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Ativo Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Exigível a Longo Prazo}} \geq 1,00$$

**C.2.2.) Liquidez Corrente (LC):**

$$LC = \frac{AC}{PC} = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}} \geq 1,00$$

**C.2.3.) Solvência Geral (SG):**

$$SG = \frac{AT}{PE} = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Exigível}} \geq 1,00$$

Onde: AC = Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo + Ativo Permanente  
e PE = Passivo Circulante + Passivo Exigível a Longo Prazo

c.3) Certidão de Regularidade Profissional, conforme Resolução CFC nº 1.402/2012, (b) contador responsável pelo Balanço Patrimonial e Índices Contábeis.

c.4) Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, ou Liquidação Judicial, ou de Execução Patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 90 (noventa) dias antes da data de abertura dos envelopes de documentação.

c.5) A licitante prestará garantia correspondente a 1% (um por cento) do valor estimado da contratação, optando por uma das modalidades previstas no art. 56, § 1º, da Lei nº 8.666/93, que deverá vir dentro do envelope nº 01 – **Habilitação** em conformidade do Acórdão 802/2016 – Plenário.

**D) Documentação relativa à Qualificação Técnica:**

d.1) Certidão atualizada de registro e qualificação da empresa e do responsável Técnico no CREA – Conselho de Engenharia, Arquitetura e Agronomia ou CAU – Conselho de Arquitetura e Urbanismo, em nome de atividade com o objeto da licitação.

d.2) Capacidade técnico-profissional, provando mediante apresentação Certidão de Atestado Técnico – CAT expedida pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e Atestado de Capacidade Técnica, em nome do responsável técnico da empresa, pertencente ao quadro permanente do LICITANTE, na data da entrega das propostas, que comprove a execução de obras/serviços com características técnicas, quantidades similares e complexidade tecnológica e operacional semelhantes as do objeto da licitação.

d.3) Capacidade técnico-operacional, mediante apresentação da Certidão de Atestado Técnico – CAT expedida pela entidade competente – Sistema CONFEA/CREA e Atestado de Capacidade Técnica, em nome da empresa licitante, ainda que não seja o seu responsável técnico à época da realização da respectiva obra, que comprove a execução de obras/serviços com características técnicas, quantidades similares e complexidade tecnológica e operacional semelhantes as do objeto da licitação.

d.4) Não serão aceitos atestados de fiscalização de obras ou serviços.

d.5) Declaração, com firma reconhecida, do(s) responsável(is) detentores dos atestados de que aceita(m) participar presente licitação na qualidade de responsável(is) pela obra.